**PLATAFORMA RIOEDUCA EM AÇÃO: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO CARIOCA OU CONTROLE DA DOCÊNCIA?**

Renata Francisco Dias, UERJ

Marcos Rodrigues Barreto, UERJ

Resumo

A SME/RJ, por meio da Plataforma Rioeduca em Ação, disponibiliza aos professores da rede os resultados referentes ao desempenho dos estudantes e oferece um ambiente de desenvolvimento profissional voltado à interpretação destes dados. Este estudo busca compreender como o uso da plataforma orienta a ação docente no cotidiano escolar e as suas possíveis implicações para a educação carioca. Após uma análise inicial sobre a referida plataforma, problematiza-se a avaliação em larga escala como ferramenta que subsidia as políticas da rede e, posteriormente, estas questões são articuladas, propondo uma discussão acerca dos impactos do uso da plataforma para a docência. Infere-se que a maneira pela qual ela vem sendo utilizada, além de precarizar o trabalho docente, conduz ao controle das suas práticas.

Palavras chave: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ); Avaliação; Plataforma Rioeduca em Ação; Trabalho docente.

**Introdução**

O trabalho adota a perspectiva de Souza, Ferreira e Marcondes (2014, p.176), que afirmam que a avaliação como prática pedagógica “tem o compromisso com o processo educativo, com o desenvolvimento dos alunos e com o aperfeiçoamento do ensino”, transcendendo sua função técnica e configurando-se como um espaço essencial para a concretização da educação.

As autoras supramencionadas defendem que a avaliação seja considerada não apenas em números, em sua dimensão técnica, mas ao contrário, que ela seja o lugar onde a educação, de fato, se realiza, o que conduz ao questionamento sobre como garantir justiça na avaliação e naquilo que se faz dela na prática.

Lemos e Pereira (2021, p. 119) afirmam que neste sentido, “interessa mais desconstruir nossas certezas do que procurar propostas salvadoras, do que construir novas adjetivações sobre o que entendemos sobre avaliar a aprendizagem”. Este é um dos movimentos a que este estudo se propõe tendo a educação pública municipal do Rio de Janeiro como elemento central, ao problematizar entraves decorrentes da atual forma que a rede utiliza para avaliar a educação carioca.

Desde que o mundo foi assolado por uma pandemia que acarretou na necessidade de isolamento social e consequente suspensão das aulas presenciais, as Redes de Ensino do país buscaram recursos para reduzir os danos deste afastamento para a educação.

No Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Educação (SME/ RJ) adotou o uso da Plataforma Rioeduca em Ação como possibilidade para enfrentar esta questão. A plataforma, além de compilar dados referentes às avaliações dos estudantes, disponibiliza aos docentes a possibilidade de desenvolvimento profissional com o propósito de contribuir na análise e posterior aplicabilidade destes dados.

A SME/RJ utiliza a avaliação em larga escala como instrumento avaliativo para os alunos da rede, e é a partir dela que a plataforma é alimentada e são gerados os dados que se desdobram em orientações ao docente. Mesmo com o retorno presencial obrigatório às aulas, a SME manteve o uso da plataforma que passou a ser permanente e fazer parte do trabalho dos professores.

Este estudo busca compreender de que maneira o uso da Plataforma Rioeduca em Ação interfere na ação docente e as possíveis repercussões disso para a educação carioca. Assim, partimos de uma análise inicial do que é, como surgiu, e quais são as propostas da plataforma para o professor. Em um segundo momento, são discutidas as avaliações propostas pela Rede Municipal de Educação e como elas direcionam o trabalho docente. Posteriormente, estas questões são articuladas com a intenção de compreender como, de fato, o uso da plataforma atua sobre a prática deste professor, problematizando as implicações resultantes disto para a educação na rede.

Por estar apoiado na percepção da educação sob uma perspectiva crítica, este estudo tem como referência os estudos de Michael Apple (1989; 1994; 1999; 2002), e parte da necessidade de resistir à imposição do pensamento hegemônico que, nesta discussão, articula-se com a precarização do trabalho docente, compreendendo que as disputas presentes nos mais diversos espaços, estão presentes também na escola. O que se pretende então, é aprofundar uma discussão que, apesar de estar frequentemente na superfície, atendendo ao senso comum, na realidade materializa a luta de classes que tende a hegemonizar o pensamento dominante.

**A Plataforma Rioeduca em Ação como ferramenta de avaliação na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**

 Pela necessidade de afastamento social e consequente fechamento das escolas em 2020 em função da pandemia da Covid-19 que impactou tão fortemente a educação, a Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro, por meio do seu secretário Renan Ferreirinha, estabeleceu diretrizes[[1]](#footnote-1) para a avaliação escolar neste período.

A escola pública enfrentou desafios significativos por inúmeros fatores que, apesar de anteriores à crise sanitária, se agudizaram neste período, tornando-se ainda mais evidentes. Neste contexto, a necessidade de repensar a avaliação e a maneira pela qual ela se estabelece ganham centralidade e, em um dos movimentos para tentar reduzir os efeitos decorrentes da suspensão das aulas presenciais, a SME, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), passou a utilizar a Plataforma Rioeduca em Ação como uma proposta de apoio ao docente da rede.

A plataforma criada pelo CAEd possui ferramentas que se complementam de acordo com as necessidades específicas de cada instituição[[2]](#footnote-2) e disponibiliza, tanto em formato digital quanto impresso, atividades avaliativas em larga escala, materiais de apoio e orientações pedagógicas ao docente, com o intuito de assessorar políticas e ações da rede municipal de ensino.

O propósito apresentado pelo CAEd está em apoiar as redes públicas na aplicação e interpretação feita a partir das avaliações, tendo a elaboração de políticas educacionais e a reorientação dos objetivos definidos para cada unidade escolar como suas principais metas.

A plataforma apresenta seis funcionalidades básicas. A primeira delas, “orientações pedagógicas” envolve a disponibilização de materiais selecionados para orientar a prática durante o ano letivo. Neste momento, o diagnóstico da aprendizagem baseado em evidências é apresentado como fundamental. Na funcionalidade “currículo e habilidades” são elencadas as habilidades indispensáveis aos alunos de acordo com o marco de desenvolvimento elaborado pelo CAEd, tendo a Língua Portuguesa e Matemática como prioridade. A terceira e a quarta funcionalidades envolvem o cadastro de alunos e estudantes para posterior acompanhamento dos resultados obtidos. Já na quinta funcionalidade, o acompanhamento das aplicações de avaliações fica disponível para que a gestão tenha acesso ao trabalho desenvolvido. Como última funcionalidade, a plataforma propõe que professores e gestores percorram itinerários formativos para o aprimoramento na interpretação e na apropriação dos resultados alcançados visando, em última instância, o aperfeiçoamento profissional.

Apesar da Plataforma Rioeduca em Ação ter se consolidado na rede quando houve a necessidade de readequação da avaliação em período pandêmico, ela se tornou instrumento permanente e integra, atualmente, o conjunto de elementos que compõe o quadro avaliativo da SME.

A partir do ano de 2023, a Resolução SME n° 378 de 08 de março de 2023[[3]](#footnote-3) que estabelece diretrizes para a avaliação escolar no âmbito da educação municipal passou a vigorar. Este documento reitera que a avaliação na rede além de contínua, deve ter o propósito de monitorar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos (SME, 2023a), no entanto, o uso da plataforma assume a avaliação em larga escala como recurso diagnóstico indispensável para a adoção de políticas que tenham, em seu discurso, a qualidade na educação como principal objetivo.

Continuamente, as políticas educacionais têm associado a avaliação à ideia de qualidade (CUNHA, 2016) ao tentar mensurar as apropriações feitas pelos alunos e tendo um projeto ideal de conhecimento a ser atingido. Lopes (2012) destaca que, sob um sentido único de qualidade na educação que desconsidera o caráter polissêmico do termo em questão, a tendência é enfatizar apenas aspectos técnicos em detrimento de uma perspectiva mais ampla que comporte além destes, elementos da realidade social dos estudantes e da própria escola.

 A SME tem seguido nesta perspectiva através da plataforma Rioeduca em Ação, sugerindo que por meio do acesso fácil aos resultados dos alunos, sejam elaboradas estratégias para corrigir os possíveis problemas identificados pela equipe de professores e pela gestão de cada escola específica.

Diante desta percepção que assume a educação como direito de todos, a avaliação ganha centralidade por ser considerada o instrumento capaz de medir o que foi, de fato, aprendido. Assim, a seguir serão problematizados aspectos desta avaliação adotada pela educação municipal do Rio de Janeiro.

**A avaliação na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro: o que é e onde ficam os professores?**

Na Rede Municipal de Educação são aplicadas avaliações com frequências e finalidades diferentes[[4]](#footnote-4). Apesar das escolas terem autonomia para aplicar outras avaliações caso a equipe entenda ser pertinente, são as avaliações da rede, aplicadas a todos os alunos, que são utilizadas para subsidiar as políticas adotadas.

No início do ano letivo, a avaliação diagnóstica chamada “Ponto de Partida” que tem o objetivo de situar o momento em que cada estudante se encontra em relação ao seu aprendizado, é aplicada.

A Atividade Diagnóstica em Rede (ADR) tem caráter formativo, com o propósito de avaliar o desenvolvimento ou as deficiências dos estudantes ao longo do ano. No caso de o Ensino Fundamental regular, as avaliações de leitura e matemática são aplicadas bimestralmente e a de escrita, semestralmente. Com relação à Educação de Jovens e Adultos, a aplicação é trimestral.

A Prova Rio, aplicada anualmente, em geral no final do ano letivo, tem o objetivo de orientar a elaboração de políticas públicas na rede. Ela é considerada somativa e participam alunos do 1º, 2º, 3º, 4º, 7º e 8º anos. Além destas, uma vez ao ano, é aplicada aos alunos do 2º e 3º ano a Avaliação de Fluência de Leitura Oral, com o intuito fazer um diagnóstico da fluência na leitura de cada aluno, individualmente.

As ADRs e a Prova Rio são elaboradas de acordo com a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e seguem os mesmos indicadores de desempenho: a taxa de participação, o percentual de acertos geral e por habilidade (pretende indicar os conteúdos que ainda precisam ser desenvolvidos), o desempenho por proficiência (identifica habilidades que o estudante já possui e o que precisa desenvolver de acordo com o nível de escolaridade) e por padrões de desempenho (identifica os estudantes por padrões e permite criar estratégias para cada grupo específico).

A Prova Rio segue os mesmos padrões do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB[[5]](#footnote-5)). Além de ser somativa e seguir o modelo TRI, tem o objetivo de medir habilidades e competências ao final de um ciclo e orienta, muitas das vezes, outras ações avaliativas das redes de ensino, que tem o interesse político de apresentar índices de desempenho favoráveis.

A partir da década de 90, e sob a influência de organismos multilaterais, a avaliação em larga escala[[6]](#footnote-6) foi se consolidando no Brasil sob o pretexto da busca pela garantia do mesmo direito a todos os estudantes. A ideia de que há um conteúdo mínimo que deveria ser assegurado a todos foi ganhando legitimidade e alcançando a sociedade como um todo.

Apple (1989; 1994; 1999) questiona que conhecimentos são considerados válidos e o que os legitima enquanto socialmente assumidos, trazendo à discussão o currículo como um espaço de disputa, onde se materializam as lutas de classe. Articulando esta perspectiva às avaliações em larga escala, cabe a pergunta sobre que conhecimentos estão sendo considerados essenciais e, consequentemente avaliados, e a que projeto de sociedade eles, de fato, atendem.

Este estudo entende a avaliação em larga escala como uma tentativa de controle sobre os processos educativos com o intuito de viabilizar os interesses hegemônicos (APPLE, 1994; 1999) cujas raízes estão atreladas, em última instância, aos interesses econômicos de uma sociedade submetida ao capital. Conceber a educação nestes pressupostos gera consequências para a educação pública como um todo e os professores são, certamente, diretamente atingidos por estas questões.

Esta perspectiva pressupõe compreender a avaliação como um processo político já que, avaliar pressupõe a tomada de decisões, sobre a qual é imprescindível assumir um determinado posicionamento político, ético e filosófico diante da educação (SOUZA; FERREIRA; MARCONDES, 2014; LEMOS; PEREIRA, 2021).

De acordo com Bonamino e Sousa (2012), no Brasil, é possível identificar três diferentes gerações[[7]](#footnote-7) da avaliação em larga escala de acordo com a sua finalidade. Aqui a discussão dará enfoque à terceira geração que está atrelada à política de responsabilização mais expressiva e, neste estudo específico, coloca a questão dos docentes em evidência. Esta responsabilização envolve consequências importantes, em geral, envolvendo recompensas financeiras (BONAMINO; SOUSA, 2012).

Sob o pretexto de que os resultados das avaliações quando disponibilizados podem respaldar a ação dos docentes na busca por estratégias que contemplem os resultados desejados, os professores submergem em meio a políticas de incentivo cujas consequências não estão referenciadas na preocupação com a educação pública.

De acordo com Bonamino e Sousa (2012), os desdobramentos decorrentes da terceira geração da avaliação em larga escala podem gerar impactos significativos no currículo escolar, já que os professores são pressionados a preparar seus alunos para o teste e o atingimento de metas específicas, desconsiderando outros aspectos da formação.

Na Rede Municipal de Educação, a Coordenadoria de Avaliação, por meio da Gerência de Análise e Devolutiva de Dados tem a função de analisar dados e indicadores gerados a partir das avaliações aplicadas na rede para subsidiar as ações da SME, além de promover cursos, seminários e palestras que favoreçam a apropriação destes dados pelas equipes escolares (RIO DE JANEIRO, 2023). No entanto, o que se efetiva na prática é uma política de acordo de resultados que oferece vantagens financeiras às equipes escolares cujos estudantes consigam atingir os resultados esperados e definidos junto com a Coordenadoria de Avaliação.

Neste sentido, percebe-se a materialização do que foi discutido por Bonamino e Sousa (2012), incorrendo no grande risco de que as escolas da Rede Municipal de Educação, através da prática docente, tenham as suas ações direcionadas especificamente para os resultados destas avaliações, pressionando os professores a conduzir seu trabalho desta maneira, retirando destes, a autonomia no processo pedagógico.

**Discutindo a avaliação, a Plataforma Rioeduca em Ação e a docência na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**

 É fato que é necessário avaliar quando pensamos em ensino e aprendizagem, ainda que haja muitas discussões sobre o tema e os desafios sejam grandes. Quando a avaliação em questão está atrelada a uma rede municipal de educação como a do Rio de Janeiro, que atualmente é a maior rede da América Latina com cerca de 660 mil alunos, os desafios são ainda maiores.

 Diante de um momento de total instabilidade social como foi o caso da pandemia da Covid 19 instaurada mundialmente em 2020, todas as redes de ensino precisaram encontrar estratégias que minimizassem os efeitos que incidiram sobre a aprendizagem dos alunos e muitos foram os procedimentos adotados. A SME do Rio de Janeiro utilizou a Plataforma Rioeduca em Ação como uma das frentes neste enfrentamento.

 Acontece que mesmo com o retorno às aulas presenciais em sua totalidade, a plataforma permaneceu sendo utilizada nos mesmos moldes e ampliou a sua funcionalidade na medida em que passou a fazer parte do dia a dia dos docentes da rede não apenas como elemento de publicização dos resultados por turma/ aluno mas, especialmente, como um recurso capaz de orientar a prática e, mais que isso, a própria interpretação dos docentes acerca destes resultados.

 Neste cenário, o trabalho docente, e toda a subjetividade inerente a ele, passam por um processo de substituição tecnológica[[8]](#footnote-8) (BARRETO, 2018), onde os professores são destituídos da sua autonomia sobre as ações pedagógicas, seja pela proposta de atividades já elaboradas sob um padrão determinado e distante da realidade da sala de aula, ou pela tendência em seguir, muitas vezes de maneira acrítica, diretrizes previamente formuladas para a docência na rede municipal de educação carioca.

 Os professores estão frequentemente sob pressão para atingir resultados pré-estabelecidos sob o aporte de incentivos financeiros, e que em nada refletem o que, de fato, acontece em sala de aula. Esta perspectiva contribui significativamente para a precarização subjetiva do trabalho deste docente (LINHART, 2018) que, em meio a uma constante avalanche de informações e prescrições sobre o seu trabalho, convivem com a sensação permanente de inadequação, incapacidade e esforço para se adaptar aos objetivos fixados e quase sempre inatingíveis.

Gert Biesta (2018) aponta para a necessidade de resistir diante de um cenário em que o papel da escola na sociedade atual tende a ser questionado. O autor reflete sobre a total impossibilidade de se buscar um padrão que atenda a todos sem que haja injustiça. Deste modo, os professores tem função determinante neste processo de resistir a um mundo que tenta hegemonizar, e assumir a escola como “lugar de refúgio” (BIESTA, 2018). Para o autor, ainda que haja uma tentativa de controlar e gerenciar a educação e tudo o que a envolve, resistir é necessário simplesmente porque não é possível prever, educar é assumir o risco.

**Conclusões**

 A partir das discussões feitas anteriormente, este estudo defende que o movimento que decorre do uso recorrente da plataforma Rioeduca em Ação se traduz em uma tentativa de controle dos sentidos produzidos pelos resultados das avaliações em larga escala na rede e sobre o trabalho docente.

Esta perspectiva vai de encontro ao que Apple (2002) entende como espaço de disputas e da frequente busca pela imposição do pensamento hegemônico que insiste em caracterizar a escola sob o viés empresarial, cuja centralidade está no que interessa ao mercado e à economia.

Trazendo a discussão para a docência da Rede Municipal de Educação, a articulação entre os professores pode ser uma possibilidade de superar esta imposição que, para além de controlar e destituir de autonomia os docentes, gera precarização subjetiva do seu trabalho e consequente sobrecarga a este professor que passa a estar em constante busca daquilo que é inalcançável.

Inalcançável na medida em que as soluções para as questões que envolvem as deficiências no aprendizado não estão exclusivamente nas mãos do docente. Ao contrário, grande parte do que determina as lacunas na educação pública é externo à sala de aula, inatingível ao professor e requer interesse público para mudar.

**REFERÊNCIAS**

APPLE, Michael W. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-91.

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. 2. ed. Vozes: Petrópolis ,1999

APPLE, Michael W. **Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita?**. Cad. Pesqui. [online]. 2002, n.116, pp.107-142. ISSN 0100-1574.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias e sentidos. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 20, n. 1, 2018.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 373-388, 2012.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **Plataforma Rioeduca em Ação – Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Município do Rio de Janeiro**. Juiz de Fora. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentoriodejaneiro.caeddigital.net/#!/pagina-inicial> . Acesso em 25 de nov. 2023

CUNHA, Erika Virgilio Rodrigues da. Conexão entre currículo e avaliação como ficção de controle da identidade. **Currículo, Formação e Avaliação: redes de pesquisa em negociação**, p. 111-128, 2016.

LEMOS, Guilherme A.R.; PEREIRA, Talita V. Sobre as arbitrariedades das decisões pedagógicas: currículo e economia como campo semântico. In: PEREIRA, T. V. (org.) **Avaliação Pedagógica: limites e possibilidades**. Curitiba : CRV, 2021, p. 109-127

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. pp.45-54.

LOPES, A. C. A qualidade da escola pública: uma questão de currículo? In: s TABORDA, M.; FARIA FILHO, L.; VIANA, F.; FONSECA, N.; LAGES, R. (Org.). **A qualidade da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 15-29

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). **Sistema Integrado de Codificação Institucionai (SICI)**. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/principal.aspx> . Acesso em 10 dez. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ). **Resolução 261 de 28 de abril de 2021**. Estabelece diretrizes para avaliação escolar na rede pública do sistema municipal de ensino, em caráter excepcional, no período de pandemia - Biênio 2020/2021 e dá outras providências. Rio de Janeiro: SME, 2021. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/727274/4930>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ). **Resolução 378 de 08 de março de 2023**. Estabelece diretrizes para avaliação escolar na rede pública do sistema municipal de ensino do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SME, 2023a. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/727274/4930>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/R). **Avaliação: como entender e trabalhar com resultados de aprendizagem**. Rio de Janeiro. 2023b. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/media/PDF/pdf_6039.pdf> . Acesso em: 10 de dez. 2023

SOUSA, Clarilza Prado de ; FERREIRA, S. L. ; MARCONDES,Anamérica P. . Justiça na avaliação: igualdade e equidade. In: Alice Casimiro Lopes; Alicia de Alba. (Org.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México**. 1aed.Rio de Janeiro: UdUERJ, 2014, v. 1, p. 177-205.

1. A resolução SME nº 261, de 28 de abril de 2021 estabelece diretrizes para avaliação escolar na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, em caráter excepcional, no período pandêmico (biênio 2020/2021). [↑](#footnote-ref-1)
2. O CAEd atua há mais de 20 anos em parceria com o Governo Federal, estados e municípios, instituições e fundações ligadas à educação. [↑](#footnote-ref-2)
3. Esta resolução alterou a anterior, SME n° 261 de 28 de abril de 2021 e suas posteriores alterações que regulamentaram as ações excepcionais para avaliação durante o período pandêmico, especialmente o triênio 2020-2022. [↑](#footnote-ref-3)
4. Os dados referentes à avaliação na Rede Municipal de Educação referem-se ao ano de 2023 e foram retirados do documento “Avaliação: como entender e trabalhar com os resultados da aprendizagem”, elaborado pela SME para a Jornada de Planejamento, Formação Pedagógica e Centro de Estudos de 2023. [↑](#footnote-ref-4)
5. São avaliações externas, aplicadas em larga escala pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem o intuito de avaliar a Educação Básica brasileira por ciclo de aprendizagem. Os alunos da rede pública (e da rede privada por amostragem) realizam o exame a cada 2 anos. [↑](#footnote-ref-5)
6. Avaliação que segue protótipos de testes padronizados aplicados a um conjunto extenso de estudantes ou redes de ensino, [↑](#footnote-ref-6)
7. Acesso ao texto completo em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006> [↑](#footnote-ref-7)
8. Para a autora, o uso das tecnologias na educação pode produzir diferentes sentidos, que envolvem o valor agregado à prática docente, a repetição de velhas práticas camufladas sob o discurso da inovação ou em substituição ao trabalho docente, seja ela parcial ou integral (BARRETO, 2018). [↑](#footnote-ref-8)